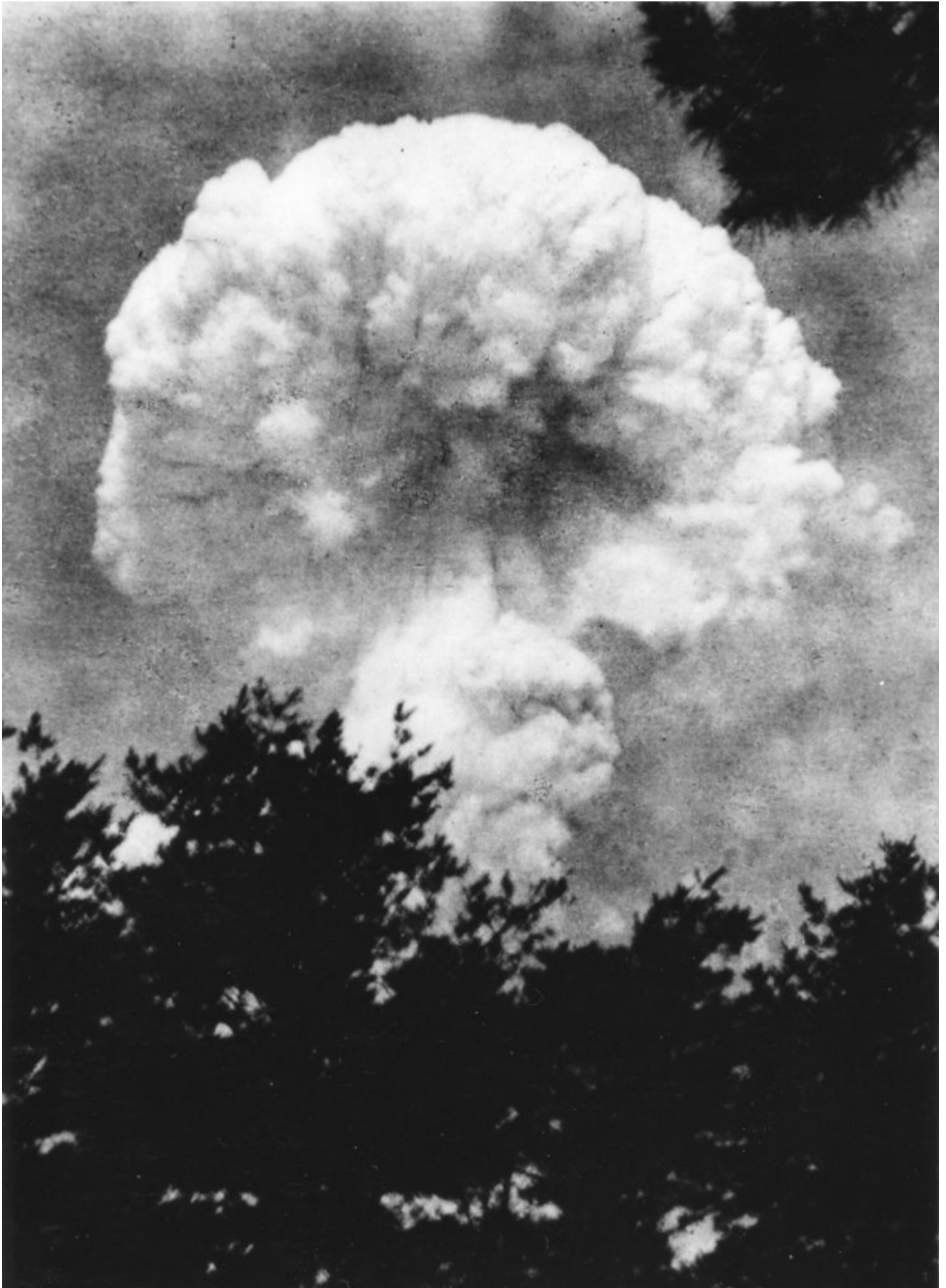


As bombas que lustram os crânios dos mortos | Carta semanal 8 (2026)



Yoshito Matsushige (Japão), *Hiroshima*, 1945.

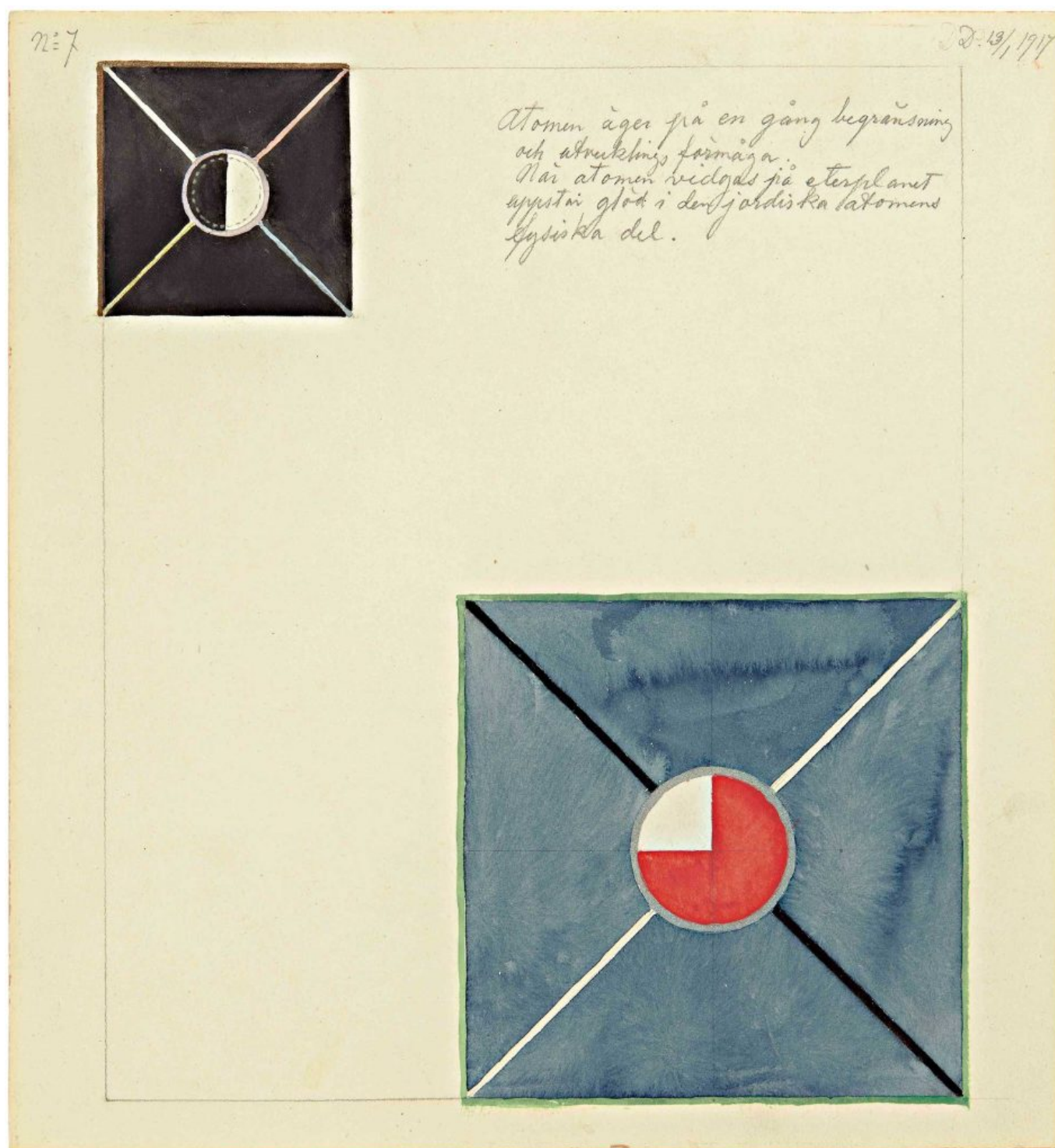
Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

No dia 5 de fevereiro de 2026, o Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Novo START) expirou, encerrando a última restrição legal restante aos arsenais nucleares estratégicos dos Estados Unidos e da Federação Russa. O Novo START, assinado em 2010 e em vigor desde 2011, deveria ter sido substituído por um acordo sucessor. O tratado limitava as ogivas e os veículos de lançamento estratégicos implantados por cada lado e estabelecia um regime de verificação por meio de inspeção, notificação e troca de informações. Essas medidas não eram meramente cosméticas; eram os tênues fios que restringiam o maquinário mais destrutivo já reunido.

A expiração do Novo START não foi repentina. Devido à deterioração das relações entre EUA e Rússia ao longo de uma década, as inspeções *in loco* foram suspensas por ambos os lados em março de 2020 e nunca mais retomadas. Em fevereiro de 2023, a Rússia suspendeu sua participação no Novo START, e os EUA responderam da mesma forma (a Rússia **declarou** publicamente sua intenção de continuar observando os limites numéricos do Novo START, desde que os EUA façam o mesmo). Quando o tratado expirou formalmente, sua espinha dorsal de verificação já havia sido quebrada.

Vivemos agora em um mundo no qual as duas maiores potências nucleares não estão sujeitas a quaisquer restrições vinculativas impostas por tratados.



Hilma af Klint (Suécia), *Série Átomo n. 7*, 1917.

Desde 2002, os Estados Unidos têm se retirado unilateralmente de um tratado de controle de armas após o outro, corroendo a estrutura que ajudava a estabilizar a dissuasão. Esses tratados incluem o seguinte:

1. Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972 – retirada dos EUA em junho de 2002.
2. Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário de 1987 – retirada dos EUA em agosto de 2019.
3. Tratado de Céus Abertos de 1992 – retirada dos EUA em novembro de 2020.

4. Novo START de 2011 – expirou em fevereiro de 2026.

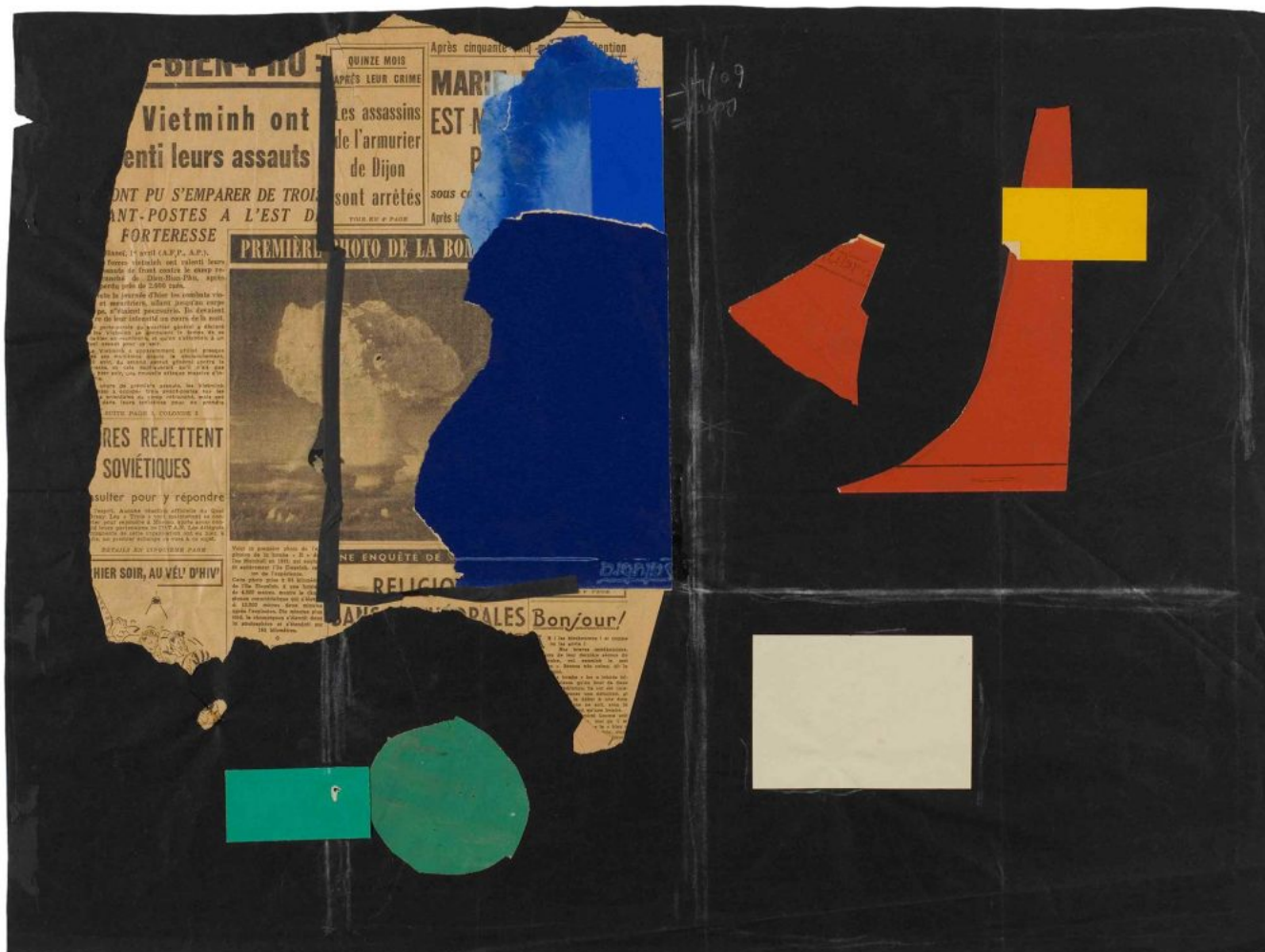
O fim do Novo START se desenrola dentro de uma virada mais ampla em direção a doutrinas de “guerra” nuclear, incluindo uma ênfase renovada na ideia diabólica de contra-força – cujos contornos aparecem em 2018 na **Revisão da Postura Nuclear dos EUA** (NPR). A ideia é simples: atacar as forças nucleares e os sistemas de comando de um adversário, em vez de suas cidades. Tal ataque é visto como mais racional e até mais humano. Na realidade, um ataque desse tipo desestabiliza todos os sistemas de dissuasão. As doutrinas de contra-força recompensam a velocidade, a preempção e a vantagem do primeiro ataque, comprimindo assim o tempo de tomada de decisão. A doutrina cria uma pressão do tipo “use ou perca” – o medo de que você precise lançar um ataque antes que suas forças sejam destruídas – que torna o erro de cálculo estrutural, e não acidental. À medida que as tecnologias de guerra avançam, essa lógica é amplificada. Sistemas de ataque convencionais altamente desenvolvidos, defesas antimísseis, sistemas de lançamento hipersônicos e redes integradas de comando e controle (sistemas compartilhados que interligam sensores, comunicações e tomada de decisão) confundem a fronteira entre a guerra nuclear e a não nuclear. Um míssil lançado com intenção convencional pode ser interpretado como um ataque nuclear. Plataformas de dupla utilização – sistemas que podem transportar cargas convencionais ou nucleares – comprometem a clareza da sinalização, dificultando a determinação da natureza convencional ou nuclear de um lançamento. Os mecanismos de escalonamento se tornam mais complexos. A margem de erro se reduz a segundos.



Enrico Baj (Itália), *Duas crianças na noite nuclear*, 1956.

A doutrina da contra-força não é meramente um debate abstrato, mas materializou-se em orçamentos governamentais e contratos de aquisição de armamentos. A **Revisão da Postura Nuclear (NPR)** dos EUA de 2022 reafirmou a modernização da tríade nuclear: mísseis balísticos intercontinentais terrestres, mísseis balísticos lançados por submarinos e bombardeiros estratégicos com capacidade nuclear. Mais importante, a NPR de 2022 rejeita as políticas de “não primeiro uso” e “uso exclusivo” (“não primeiro uso” significa comprometer-se a não usar armas nucleares primeiro; “uso exclusivo” significa limitar seu papel à dissuasão e, se necessário, à resposta a um ataque nuclear). A política atual sustenta que os EUA só considerariam o uso de armas nucleares, em “circunstâncias extremas”, para defender seus interesses vitais ou os de seus aliados e parceiros, mas não exclui o primeiro uso e deixa em aberto uma “estreita gama de contingências” em que as armas nucleares podem dissuadir ataques com “efeito estratégico”. Essa postura preserva a opção de atacar as capacidades militares do adversário – incluindo suas forças estratégicas, se necessário – sem se comprometer abertamente com a doutrina de contra-força. A **Comissão do Congresso sobre a Postura Estratégica dos Estados Unidos de 2023** foi além, argumentando que o planejamento nuclear estadunidense deveria continuar a visar aquilo que os adversários “mais valorizam”. Nesses textos, as armas nucleares não são apresentadas como necessidades trágicas da diplomacia moderna, mas como ferramentas normais que podem ser usadas em determinadas circunstâncias.

A insanidade por trás dessas atitudes é alimentada pelos enormes lucros obtidos pela indústria bélica, que busca modernizar os sistemas nucleares com base na doutrina da contra-força. Um relatório de 2025 da PAX e da Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares (ICAN, na sigla em inglês), intitulado ***A um alto custo: empresas que constroem armas nucleares e seus financiadores***, constatou que, entre janeiro de 2022 e agosto de 2024, 260 instituições financeiras globais (incluindo fundos de pensão, seguradoras e gestoras de ativos) financiaram 24 produtores de armas nucleares, com investidores detendo pouco menos de 514 bilhões de dólares em ações e títulos e com cerca de 270 bilhões de dólares fornecidos em empréstimos e garantias. Essas empresas incluem Airbus, BAE Systems, Bechtel, Boeing, General Dynamics, L3Harris Technologies, Northrop Grumman e Rolls-Royce. O relatório de 2025 da ICAN, ***Custos ocultos: gastos com armas nucleares em 2024***, estima que os nove Estados com esse tipo de armamento gastaram 100,2 bilhões de dólares em seus arsenais nucleares em 2024, com o setor privado lucrando pelo menos 42,5 bilhões com contratos de armas nucleares. Essa quantia poderia ter pago o orçamento da ONU 28 vezes e alimentado 345 milhões de pessoas que enfrentam a fome mais severa por quase dois anos. A indústria de armas nucleares representa um desperdício gritante de recursos humanos.



Le Corbusier (França), *Composição com foto da bomba H*, 1952.

Apesar do colapso do regime bilateral de controle de armas, o sistema global de dissuasão e erradicação nuclear não desapareceu. Mas o que resta fica obscurecido pela dominação dos EUA sobre a arquitetura da política nuclear:

1. O **Tratado de Não Proliferação Nuclear** (TNP, 1970) permanece em vigor, embora reforce o sistema de *apartheid* nuclear (apesar do Artigo VI, que exige que os países com armas nucleares busquem o desarmamento). O vencimento do Novo START aprofunda a crise de legitimidade do TNP e expõe a promessa de desarmamento como perpetuamente adiada. Índia, Israel e Paquistão nunca assinaram o TNP; A República Popular Democrática da Coreia (RPDC) assinou o tratado em 1985, mas se retirou em 2003.
2. A **Agência Internacional de Energia Atômica** (AIEA, 1957) opera um regime de salvaguardas que inclui inspeções, contabilização de materiais e monitoramento. O **Protocolo Adicional** à AIEA de 1997 amplia essas capacidades, mas esse mecanismo segue sendo afetado pela aplicação seletiva das regras. As investigações da agência sobre o Irã, por exemplo, não são baseadas em evidências, mas sim na hostilidade do Norte Global em relação ao governo iraniano.
3. O **Grupo de Fornecedores Nucleares** (NSG, 1975) é um regime informal de controle de exportação para tecnologias sensíveis e materiais de dupla utilização, usados em programas relacionados ao ciclo do

combustível nuclear e a armas. Embora o objetivo do NSG seja restringir a proliferação (reforçado pela **resolução 1540 do Conselho de Segurança da ONU**), ele acaba reforçando hierarquias tecnológicas. Os Estados com armas nucleares dominam as instituições informais, exercendo sua autoridade e insistindo na contenção dos demais.



Krassimir Terziev (Bulgária), *Família*, 2015.

Algumas normas, embora frágeis, permanecem fora do controle total dos Estados Unidos, mas se encontram fragmentadas e sem capacidade de promover uma agenda ampla. Entre elas, podemos citar:

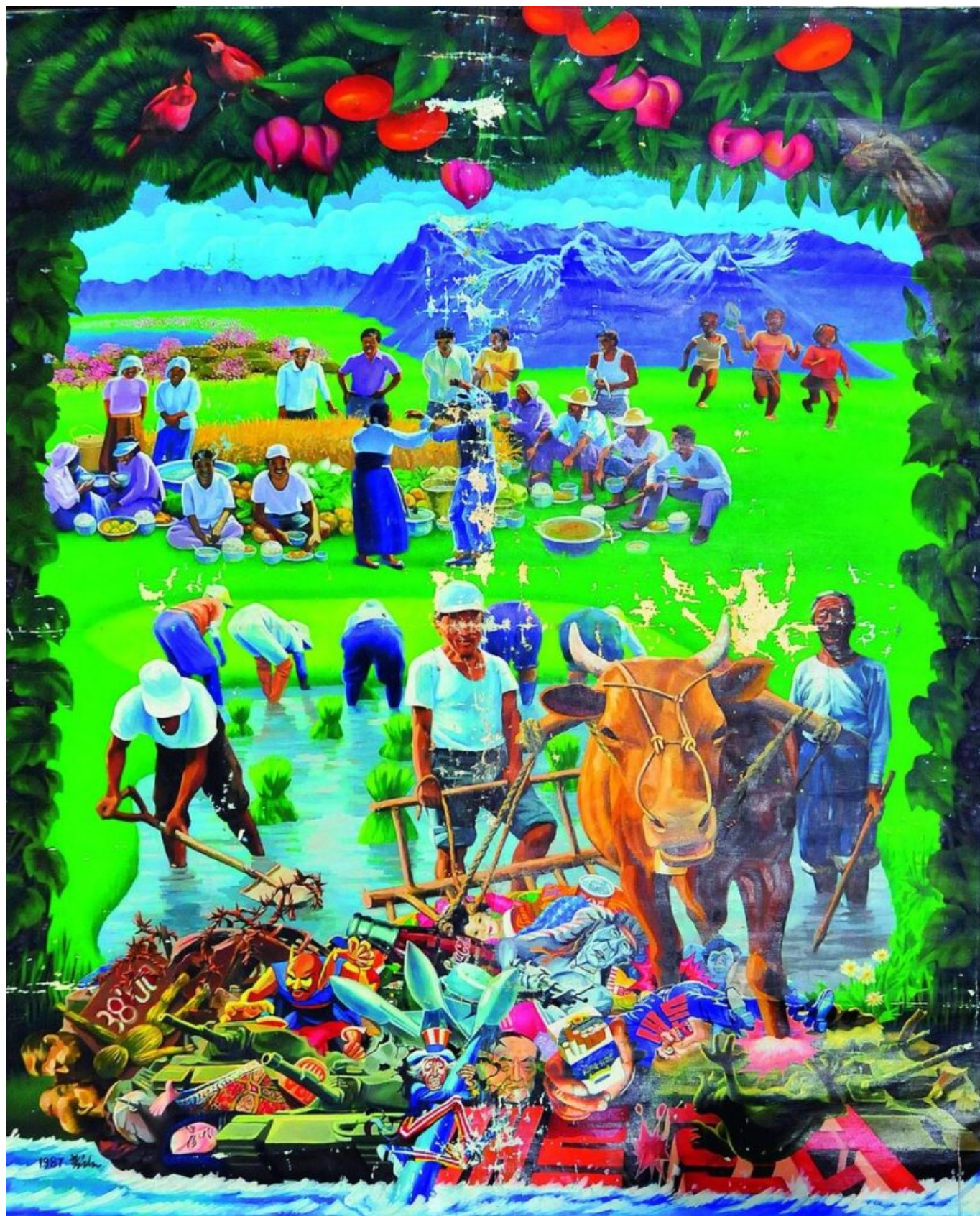
1. **O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (2017).** É um instrumento juridicamente vinculativo que representa uma rejeição categórica das armas nucleares. No final de 2025, 99 países haviam ratificado ou assinado o tratado, mas nenhuma das nove potências nucleares do mundo está entre eles. Na Europa, apenas a Áustria, a Santa Sé (Vaticano), a Irlanda, Malta e San Marino ratificaram o tratado que, impulsionado pela **Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares**, é em grande parte uma iniciativa do Sul Global.
2. **Zonas Livres de Armas Nucleares.** Cinco regiões do mundo adotaram tratados para tornar seus territórios livres de armas nucleares. Esses acordos são o Tratado de Tlatelolco (1967), que abrange a América Latina e o Caribe; o Tratado de Rarotonga (1985), que abrange o Pacífico Sul; o Tratado de Bangkok (1995), que abrange o Sudeste Asiático; o Tratado de Pelindaba (1996), que abrange a África; e o Tratado de Semipalatinsk (2006), que abrange a Ásia Central. Esses tratados estão, na prática, entre as conquistas mais bem-sucedidas no desarmamento nuclear.
3. **O Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (1996).** Este tratado não pôde entrar em vigor porque vários Estados não o ratificaram, porém continua sendo politicamente significativo por proibir explosões de testes nucleares, ajudando a tornar os testes nucleares um tabu internacional. O sistema de monitoramento do tratado funciona diariamente, detectando sinais sísmicos e atmosféricos, dificultando o ocultamento dos testes.

O cenário pós-Novo START ainda contém algumas instituições e normas, mas o principal freio aos maiores arsenais nucleares desapareceu. O que temos agora são três crises sobrepostas:

1. **Uma crise de estabilidade.** Sem transparência e verificação sobre os maiores arsenais de armas nucleares; há apenas suspeitas entre as grandes potências.
2. **Uma crise de legitimidade.** Os países com os maiores arsenais exigem obediência à não proliferação, enquanto abandonam seus próprios compromissos com o desarmamento, assumidos em tratados.
3. **Uma crise de consciência.** De forma assustadora, as armas nucleares agora são consideradas utilizáveis, controláveis e necessárias – vistas como opções legítimas no campo de batalha.

O retorno a um regime de controle de armas é necessário. Mas precisamos considerar uma agenda mais ampla. Mesmo os melhores tratados apenas gerenciam o perigo, mas não o eliminam. A contradição mais profunda permanece intacta: um mundo em que alguns Estados reivindicam o direito de aniquilar a humanidade em nome da segurança. O fim do Novo START desfaz as ilusões e revela uma ordem nuclear que preserva o poder e não avança em direção à paz.

A Líbia abandonou seu programa de armas nucleares em dezembro de 2003. Oito anos depois, uma resolução do Conselho de Segurança da ONU (n. 1973), que impunha um embargo de armas e uma zona de exclusão aérea, foi usada pela Otan para justificar a intervenção militar que destruiu o Estado líbio. Era lógico, portanto, que a Coreia do Norte buscasse uma arma nuclear em 2006 e construísse um escudo contra as ambições de mudança de regime dos EUA e seus aliados do Leste Asiático. A doutrina de contra-força dos EUA incentiva os países a construírem esse escudo, uma realidade dolorosa em um mundo imerso nas ansiedades provocadas pelo **hiperimperialismo**.



Shin Hak-Chul (Coreia), *Plantando arroz*, 1987.

Em 2003, o dramaturgo britânico Harold Pinter (1930–2008), exasperado pela Guerra Global contra o Terrorismo, escreveu um poema impactante chamado “As bombas”. Lembro-me de ter ouvido Pinter recitar esse poema em Londres, a cadência poderosa, a esperança em meio à brutalidade tão evidente. Em sua memória, aqui está o poema:

Não há mais palavras a serem ditas
Tudo o que nos restou são as bombas
Que explodem de nossas cabeças
Tudo o que restou são as bombas
Que suga todo nosso sangue
Tudo o que nos restou são as bombas
Que lustram os crânios dos mortos.

Cordialmente,

Vijay